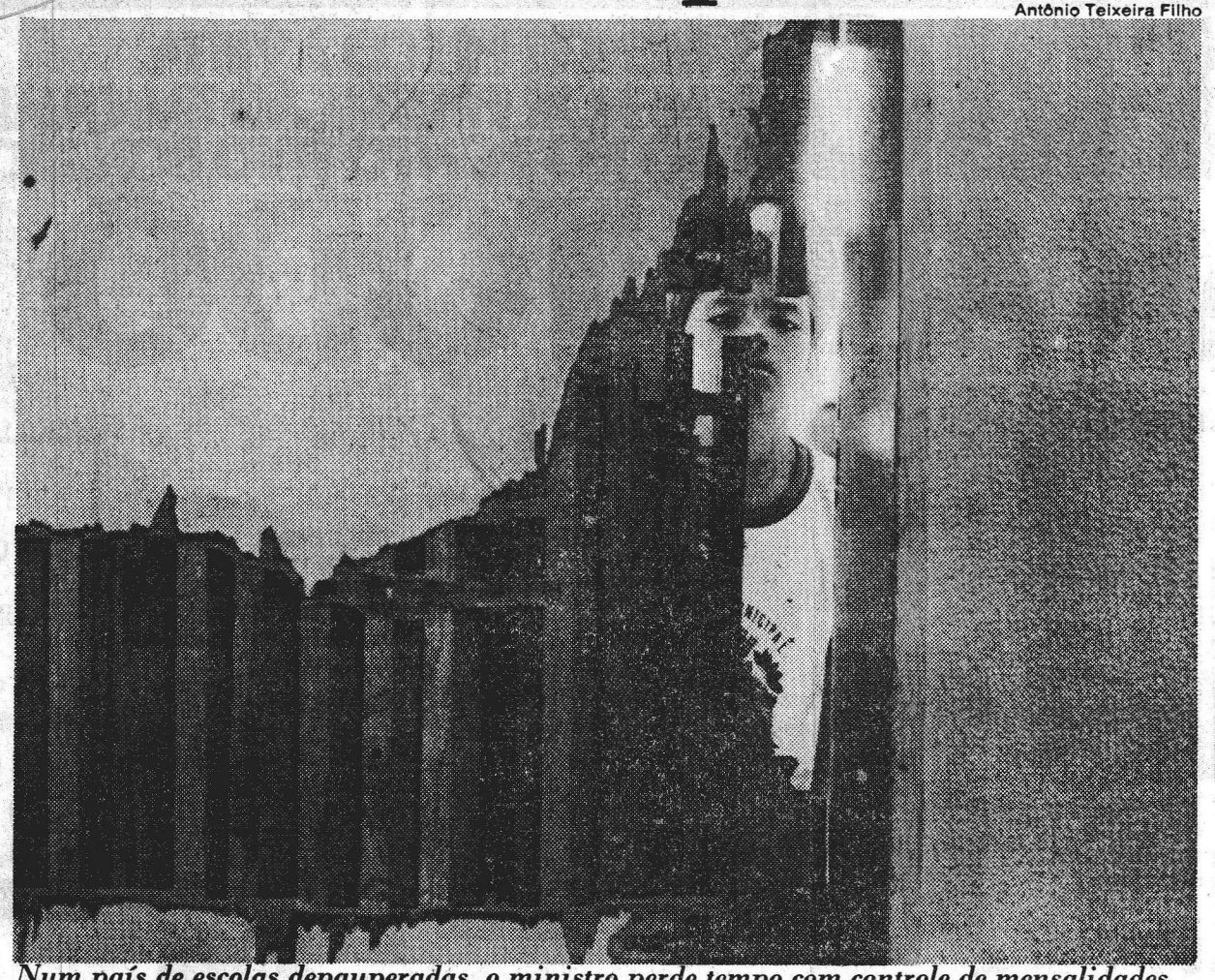
Educação é um dos pontos fracos do governo

Antônio Teixeira Filho



Num país de escolas depauperadas, o ministro perde tempo com controle de mensalidades

Adriana Lorete — 16/8/90

Entre 1982 e 1986, Chiarelli nunca falou em educação

Ao escolher Zélia Cardoso de Mello para o ministério da Economia, o presidente Fernando Collor mostrou que sabia como e com quem queria combater a inflação. Ao escolher Carlos Chiarelli para o ministério da Educação, num lance que claramente resvalava para a improvisação, o presidente revelou que não tinha nem o nome, nem as idéias, para atacar um problema igualmente crucial para o país. Apesar do trombeteado Programa de Alfabetização e Cidadania, apresentado na terça-feira, a Educação ainda é o calcanhar de Aquiles desse governo. Em se tratando de uma administração que chegou com tantas idéias, do combate à inflação a uma nova política industrial e a abertura dos mercados, esperava-se do governo algo mais abrangente e mais concreto na área educacional.

O Programa de Alfabetização não é muito mais que o anúncio de repasse de recursos para os estados e municípios. E a máquina do MEC continua cansada e sem fôlego. Um dos mais importantes departamentos do ministério, o Instituto Nacional de Estudos e Pesquisas (Inep), criado em 1937, está parado. Extinto e logo em seguida recriado na reforma administrativa de março, o instituto ainda não conseguiu recursos para desenvolver as pesquisas essenciais para outras atividades do ministério, como os projetos de avaliação do primeiro e segundo graus.

"Antes de realizar alguma mudança no ensino, o ministro precisa dessa avaliação para conhecer os problemas da área", diz o ex-diretor do Inep, Manoel Marcos Formiga. Além disso, não há planos concretos para a reciclagem de professores de primeiro e segundo graus, para o pré-escolar e nem mesmo para a recuperação física das escolas.

Diagnóstico — Ninguém duvida do papel-chave da educação para o desenvolvimento das sociedades. O próprio caos social brasileiro é a prova de que Delfim Netto estava redondamente enganado quando, na década de 70, pensava ser possível construir um país com 10% da população. Deu no que deu. O historiador americano Paul Kennedy, autor de *Ascensão e queda das grandes potências*, diagnostica a desatenção ao sistema educacional como uma das principais causas para os Estados Unidos ficarem para trás na corrida com o Japão. Segundo o relatório do Banco Mundial sobre o desenvolvimento, "existem provas abundantes de que capital humano é uma das chaves para reduzir a pobreza". Para os técnicos do banco, o principal bem do pobre é o tempo de trabalho. E só "investimento em educação aumenta a produtividade desse bem".

No Brasil, são 32 milhões de analfabetos. Cinco milhões e 300 mil crianças brasileiras, entre sete e 14 anos, ainda não aprenderam a ler e escrever e os rudimentos da aritmética. Cinqüenta por cento das que têm acesso à escola não conseguem terminar a primeira série e as que conseguem levam em média três anos e meio para fazê-lo. Apenas 13% das crianças que começam o ensino fundamental chegam ao fim do curso.

No entanto, em 87 reportagens publicadas nos quatro grandes jornais do Rio e São Paulo sobre sua atuação como político e parlamentar, entre 1982 e 1989, nem uma única vez o ministro Carlos Chiarelli falou sobre educação. Em seis meses de gestão no ministério, ele apareceu nos jornais 44 vezes deliberando sobre mensalidades escolares, 18 discutindo com reitores sobre enxugamento de despesas nas universidades e outras tantas demitindo funcionários e recuperando-se dos males de saúde que o acometeram em abril.

Chiarelli acha que "não houve perda de tempo"— apesar de problemas como o das mensalidades, em outros ministérios, terem sido conduzidos pela Secretaria de Administração Federal. Da mesma forma, valoriza o acordo a que chegou com os reitores de universidades sobre enxugamento dos gastos. "Sou político, fiz tudo com anestesia, levei 52 dias em negociação", diz.

Sua grande obra nesses seis meses, o Programa Nacional de Alfabetização e Cidadania, significa o repasse do governo federal para os estados e municípios de Cr$ 10 bilhões este ano e Cr$ 40 bilhões em 1991. O fato de o ensino fundamental ser atribuição municipal e estadual permanece como álibi para o ministério se omitir de elaborar projetos detalhando métodos de alfabetização. As primeiras notícias dando conta do plano indicavam que atenderia mais aos adultos analfabetos. Na terça-feira, quando foi apresentado, para a surpresa de muitos, soube-se — felizmente — que priorizará as crianças.

A educação, como qualquer tema, pode ser altamente polêmica. Mas, no Brasil, chegou-se tão fundo no poço que é possível encontrar pontos de consenso mesmo entre especialistas da esquerda, da direita e do centro. Por exemplo, há consenso de que campanhas, programas de emergência e tudo que passe à margem da máquina escolar não funcionam. Da mesma forma, alfabetização de adultos não dá certo, como já fartamente provou o Mobral, um dos programas do gênero mais ricos de que se tem notícia.

"Campanha de alfabetização de adulto só foi possível em país onde houve uma revolução, como em Cuba e na União Soviética", diz Luís Antônio Cunha, professor de Sociologia da Educação na Universidade Federal Fluminense. "Concordo com Zaia Brandão quando diz que melhor é manter na escola os 70% de alunos que saem dela todo ano. Na situação em que está o Brasil, a única maneira de acabar com o analfabetismo é evitar que os analfabetos se multipliquem, se reproduzam".

Outro consenso é a necessidade de melhorar o pré-escolar e de reciclar professores, revalorizando a profissão com melhores salários e um plano de carreira decente. Todos os educadores concordam em que as crianças têm de permanecer mais tempo na escola. Além disso, como escrevem Cláudio Moura Castro e João Batista A.e Oliveira, "professores não gostam de dar aulas em escolas depauperadas, longínquas e de alunado difícil" — o que quer dizer que o MEC tem criar formas de remunerar os postos mais árduos e a presença em sala de aula.

Diz a secretária de Ensino Básico, Ledja Australino, que o MEC ainda estuda o aumento de 180 para 200 dias do calendário escolar, como já está previsto no novo texto da Lei de Diretrizes e Bases, em tramitação no Congresso. Mas não existem projetos visando a permanência em tempo integral do aluno carente na escola, nem tampouco planos para a melhoria imediata da formação de professores.

Com relação à universidade, o ministro Carlos Chiarelli, como registra o professor Luís Antônio Cunha, pôs ênfase na contenção dos gastos e jamais, nesses seis meses, referiu-se a ela como centro de pesquisas científicas e tecnológicas. "Uma universidade que só ensine acabará ensinando mal os professores que ensinarão nas escolas", diz ele.

O presidente Collor optou por perpetuar no MEC a Nova República de José Sarney, que estabeleceu a dinastia dos senadores pefelistas no ministério: Marco Maciel, Jorge Bornhausen, Hugo Napoleão. Agora, Carlos Chiarelli. Em todas as áreas, o Brasil não pode mais errar: na economia, na saúde, na agricultura. A diferença é que, se errar na saúde, as filas do Inamps e as epidemais imediatamente sinalizarão o erro; se errar na agricultura, os preços dos produtos agrícolas no ano seguinte darão o sinal de alarme. Os erros na educação são bomba de efeito retardado — o preço é pago pela geração seguinte.

Participaram: Luciana Villas-Bôas e Eliane Bardanachvili (Rio); Rosângela Bittar, José Rezende Jr. e Mauren Rojahn (Brasília); Sandra Rodrigues (Porto Alegre); Waldomiro Júnior (Salvador); Maurício Carneiro (Belo Horizonte)

A opinião dos técnicos

Zaia Brandão (professora da Faculdade de Educação da PUC-RJ e da UFRJ) — Temos um ministro que desde o início disse não ser a pessoa mais indicada para a pasta de Educação, mas aceitou a função. Daí por diante, é o que temos visto. A equipe não diz claramente a que veio e o ministro portou-se mais como um xerife de mensalidades escolares. Até agora, não vi nada que indicasse um plano de educação do governo. Não quero ser derrotista, apenas alertar o ministro para que ele não escorregue nas mesmas cascas de banana colocadas no caminho de outros ministros.

Alceu Ferrari (presidente da Associação Nacional de Pesquisa em Educação) — A preocupação do MEC com o dinheiro esteve ligada à necessidade de controlar a inflação para o governo, vide a imposição de se reduzirem os gastos com as universidades públicas. Esquece-se que educação é prioridade número um, aumentando o risco de comprometer ainda mais o sistema de ensino, que já sofre um atraso de 20 anos. O sistema público de ensino superior representa menos de um quinto da oferta de vagas, enquanto há 30 anos representava 70%. Em contrapartida, 95% da produção universitária vem do ensino superior estatal, contrariando o MEC que diz que as universidades particulares são mais econômicas.

Sérgio Costa Ribeiro (pesquisador em educação do Laboratório Nacional de Computação Científica) — O MEC criou a pedagogia da Sunab, cuidando do preço das escolas particulares, quando tem que cuidar das escolas públicas. Por outro lado, o governo está confundindo as coisas. Nessa onda de neoliberalismo na sociedade, a saída do estado do controle da economia é positiva, mas em educação não se podem aplicar os mesmos princípios do liberalismo econômico. É preciso definir prioridades, mostrar o caminho, preparar uma política de educação. Nada disso está sendo feito. Dar autonomia a estados e municípios é uma loucura. Num município onde 90% das pessoas forem analfabetas, nada vai ser feito.

Maria Clara Di Piero (pesquisadora do Centro Ecumênico de Documentação e Informação) — Há uma contradição nesse governo: ele quer acabar com o analfabetismo numa economia recessiva, onde as crianças continuam tendo que deixar a escola para trabalhar e ajudar os pais e onde ninguém tem condições sociais e financeiras para ter acesso a livros e jornais. O dinheiro reservado para o ensino básico no ano que vem mostra a pouca importância dada à educação. São Cr$ 40 bilhões, contra os Cr$ 400 bilhões destinados para o crédito agrícola.

José Oliveira Arapiraca (professor da UFBA) — Há uma jogada de marketing e não uma política definida e séria para solucionar os graves problemas da educação. Não vi propostas concretas do MEC para se melhorar a rede pública de 1º e 2º graus. Além disso, o governo está sucateando a universidade, com a exigência de redução do número de professores e funcionários. A universidade é que teria o papel de ajudar a formular uma política correta e eficiente de combate ao analfabetismo.

Miguel Gonsalez Arroyo (professor da Faculdade de Educação da UFMG) — A tônica dos primeiros 180 dias do governo Collor foi a digladiação entre donos de escolas privadas e o MEC. Não se fez nada pela escola pública, que não recebe recursos, ao mesmo tempo em que a escola particular está cada vez mais desincentivada a continuar funcionando. O resultado é uma classe média completamente desnorteada. A proposta de campanha de Collor era de modernização, mas, até agora, ele tratou a educação com papel irrelevante. Lançou uma campanha de alfabetização dos descamisados em tom mais populista do que sério, que se assemelha às campanhas anteriores.